

Tendo-se suscitado algumas duvidas sobre a materia dos paragrafos do Artigo 10, adiou-se o debate.

O Sr. Presidente deu para a ordem do dia 1.<sup>o</sup> As Emendas do Projecto de Lei sobre o Regimento dos Conselhos Gerais de Provincia, remittidas pela Camara dos Deputados: 2.<sup>o</sup> o Acto de Navegação: e 3.<sup>o</sup> o Projecto de Lei sobre a Marinhagem.

Levantou-se a Sessão as duas horas e meia. = Visconde de Santo Amaro, Presidente. = João Antonio Rodrigues de Carvalho, 1.<sup>o</sup> Secretario. = Barão de Valença, 2.<sup>o</sup> Secretario.

Sessão 59.<sup>a</sup>

No dia 22 de Julho de 1826

Presidencia do Sr. Visconde de S.<sup>to</sup> Amaro.

Aberta a Sessão, procedeu-se a leitura da Acta antecedente, que foi approvada.

O Sr. Secretario Carvalho, por parte da Commissão de Poderes, relatou o  
Parecer

„A Commissão de Poderes examinando o Diploma do Senador o Sr. Visconde de Ruyter, o achou legal. Fecho do Senado 22 de Julho de 1826. = Barão de Valença. = João Antonio Rodrigues de Carvalho. = Visconde de Caravellas. „ Foi approvado.

Ordem do dia

Abriose o debate das Emendas approvadas pela Camara dos Deputados sobre o Projecto de Regimento dos Conselhos Gerais de Provincia, e ancilhadas nestes termos

No Artigo 29.

„Em lugar das palavras = que tiver recebido do Governo = substituem-se estas = e mais papeis que lhe forem remettidos. „

Artigo adicional depois do Artigo 70



Artigo 11. Os Membros dos Conselhos são invioláveis pelas opiniões, que proferirem no exercício de suas funções.

Depois de estarem amplamente debatidas, venha-se que passassem à 2.<sup>a</sup> discussão, e que n'esta, e n'outras materias semelhantes se seguisse a marcha prescripta pelo Regimento.

Continuou a discussão sobre o Artigo 17 do Titulo 2.<sup>o</sup> do Acto de Navegação, e Emenda do Sr. Barão de Cairu, que com elle tinha ficado adiada.

Em consequencia d'este debate, foram offerecidas, e tambem apoiadas as

Emendas

1.<sup>a</sup> do Sr. Visconde de Caravellas. "Nenhum Navio construido fora do Brazil, posto que seja da propriedade do Brasileiro, podera ser registado para gozar dos privilegios, e regalias concedidas aos Navios Brasileiros. = Visconde de Caravellas."

2.<sup>a</sup> Do Sr. Barão de Cairu. "Requiro que se declare ser o Artigo 17, pelo menos, duvidoso se he contra a Constituição Artigo 24 das Garantias, e que deve passar a regra que o Navio comprado de Estrangeiros deve tambem ser registado sendo de propriedade legitima, e inteira do Brasileiro, para ser incorporado á Marinha Nacional, e perceber os favores ordinarios dos Navios Brasileiros, sendo reservados os favores extraordinarios aos de Construção Brasileira."

Depois de hum largo debate, em que esta materia se julgou discutida sufficientemente, passou o Artigo salvo as Emendas, e propondo entao o Sr. Presidente se passara, suprimindo-se a conjunção "ou"; como assim não se venceisse, propoz finalmente se a Camara approvava o Artigo com a declaração de que os Navios Brasileiros seriam considerados Navios Nacionalizados, sem com tudo gozarem dos favores, ou privilegios



especiais, que por esta Lei foram concedidos aos Naveiros Brasileiros; e vencio-se que sim.

O Artigo 18 ficou approvedo. Diuendo-se em lugar de „ser confiscado, estas palavras = apreheensão, e perda =.

O Sr. Visconde de Taranaquã apresentou tres novos artigos em substituição a materia do Artigo 19, requerendo que fizessem parte deste Projecto, e tendo-se assim deliberado, mandava-se imprimir, para depois entrar em discussão.

Lapou-se ao Artigo 20, e foi approvedo tal, e qual.

Os Artigos 21, e 22 tambem se approvarão, a quelle adicionando-se-lhe depois das palavras „a arquivacão será feita, as seguintes = pelo mesmo methodo em todos os Tribunaes; e este adicionando-se-lhe in fine „ou de hum.

Não havendo opposição sobre o conteúdo do Artigo 23, sendo posto a votos, approvou-se como estava no Projecto.

Approvou-se depois para passar a 2.<sup>a</sup> discussão o Projecto de Lei sobre a Marinhagem.

O Sr. 1.<sup>o</sup> Secretario pediu a palavra, e tendo-a obtido, leu hum officio do Secretario da Camara dos Deputados, acompanhando o Parecer da Commissão de Constituição da mesma Camara, interposto sobre o requerimento de Joaquim da Silva Girão, que pretende ser declarado no gozo não interrompido do Foro de Cidadão Brasileiro.

Remetteo-se a Commissão de Constituição.

O Sr. Presidente assignou para a ordem do dia, em primeiro lugar a continuacão da discussão do Projecto de Lei regulando o numero das Secretarias de Estado; em 2.<sup>o</sup> as Emendas da Camara dos Deputados sobre a naturalisacão dos Estrangeiros; e em 3.<sup>o</sup> o Projecto de Lei a respeito da clemenciação.

Levantou-se a Sessão as duas horas. = Visconde de Santo Amaro, Presidente = João Antonio Rodri-



que de Carvalho, 1.<sup>o</sup> Secretário = Barão de Valença,  
2.<sup>o</sup> Secretário.

105

Sessão 60.<sup>a</sup>  
No dia 24 de Julho de 1826.

Presidencia do Sr. Visconde de S.<sup>to</sup> Amaro.

Abriu-se a Sessão pela leitura da Acta da Sessão anterior, que ficou approvada.

Precedendo as formalidades do costume, foi introduzido na Salla, e prestado o Juramento respectivo tomou assento o Sr. Visconde de Queluz.

Ordem do dia.

Deu-se principio a discussão do Projecto de Lei sobre as Secretarias d'Estado pela materia do Artigo 8.<sup>o</sup> que tinha ficado adiada.

O Sr. Visconde de Baspundy tendo requerido, e obtida permissão apresentou humma Emenda á generalidade do Artigo, concebida nestes termos.

Em substituição ao Artigo 8.<sup>o</sup>

Ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda pertence:

1.<sup>o</sup> A Presidencia do Thesouro Nacional, e do Conselho da Fazenda: a suprema Inspeccão de todos os objectos de Venda, e Compra Publica: dos bens Nacionais, que produzirem Venda, e dos generos privativos da Nação.

2.<sup>o</sup> A Super Intendencia geral de todas as Juntas de Fazenda, das Alfandegas, da Mineração do ouro, e prata, das Casas de Moeda, e de Fundição dos metais preciosos, da extração dos Diamantes, dos Correios Terratroes, e de quaquer Fabricas, que trabalharem por conta do Estado, e não forem privativas das Repartições da Marinha, e Guerra.

3.<sup>o</sup> O Despacho para a concessão de consignações, quando os devedores da Fazenda Nacional por justos motivos não poderem satisfazer a paga-